

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1010129-42.2016.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Obrigações**  
 Requerente: **Radio Progresso São Carlos Ltda**  
 Requerido: **Rosalia Carolina dos Santos Pimentel Gouveia-me**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

RÁDIO PROGRESSO DE SÃO CARLOS LTDA moveu ação de cobrança contra ROSALINA CAROLINA DOS SANTO PIMENTEL GOUVEA ME, pedindo sua condenação no pagamento da importância de R\$ 1.574,71, com os acréscimos legais, correspondente ao contrato de prestação de serviço de radiodifusão que deixou de pagar.

Citada, a ré não contestou a ação.

**É o relatório.****Fundamento e decido.**

A ré foi citada e não contestou a ação, o que acarreta a presunção de veracidade dos fatos alegados (C.P.C., art. 344), assim, por efeito da revelia, presunção que se fortalece pela exibição de documentos indicativos da relação jurídica de direito material.

Analisando o cálculo apresentado às fls.27, além do valor do débito, com as devidas atualizações e encargos moratórios, a autora incluiu honorários advocatícios. No entanto, falta amparo legal à inclusão de verba honorária de 20%, unilateralmente imposta pela autora, porquanto a fixação constitui tarefa de quem preside o processo. E esta parece abusiva, pois mais razoável estabelecer 10%, perante a mínima complexidade da causa.

Diante do exposto, acolho o pedido e condeno a ré a pagar para a autora importância de R\$ 1.364,75, com correção monetária e juros moratórios, estes contados da data da citação inicial, além das custas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, e dos honorários advocatícios fixados em 10% do valor da condenação.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 23 de novembro de 2016.

Carlos Castilho Aguiar França  
 Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**